

A não-proposta

William Waack

Algo precisa ser esclarecido sobre a não-proposta de renegociação da dívida externa que o governo brasileiro apresentou e retirou em prazo recorde. Ela era profundamente patriótica — pelo menos para alguns brasileiros que, possuindo vultosas somas no exterior, andavam à cata de boas aplicações.

Uma delas era comprar papéis brasileiros fortemente desvalorizados e receber juros pelo total (caso o Brasil volte a pagar juros, evidentemente). Depois do enorme falatório da semana passada, esses títulos teriam ficado ainda mais baratos de adquirir. Não deixa de ser uma maneira de repatriar dólares, cumpre notar.

De resto é difícil acreditar que a idéia de se apropriar do deságio sobre a dívida brasileira, tal como foi apresentada, tivesse trazido qualquer vantagem para a posição do Brasil frente a seus credores. Nenhum dos ângulos sob os quais se pode examinar a questão parece jogar luz positiva sobre os negociadores brasileiros:

1) No âmbito *técnico-financeiro*, a proposta brasileira jamais ficou clara nem para o público interno e muito menos para os credores. Ela pode ser facilmente tachada como pedido de perdão inaceitável.

2) Como *tática de negociação* o Brasil renunciou a uma proposta, qualquer que seja seu valor intrínseco, em troca de nada. Já desde julho o ministro da Fazenda vinha dizendo que se entenderá primeiro com os bancos e depois com o FMI. Nesse sentido, a promessa americana de ajuda é suficientemente vaga.

3) Em termos de *relações internacionais*, o recuo do ministro brasileiro — e aqui nem importa saber se foi atitude correta ou não — representa uma das maiores humilhações que autoridades do governo sofreram ao lidar com representantes da administração norte-americana nos últimos anos. Mesmo ao ceder em pontos específicos, pelo menos diplomatas brasileiros sempre foram capazes de apresentar o fato sob outra luz.

Não há lembrança, desde que estourou a crise do endividamento internacional, em 1982, de um diálogo tão conclusivo entre um ministro da Fazenda brasileiro e seu colega americano. Internamente, isto pode colocar Bresser diante de sérias dificuldades com o PMDB: não foi exatamente uma prova de endurecimento aquilo que o ministro ofereceu em Washington.

Ainda mais relevantes, contudo, podem ser as consequências para o Brasil nos próximos contatos com credores. Se a idéia de abater o deságio da dívida a pagar era apenas um balão de ensaio, e poderia ser destruído sem maiores consequências, então se torna incompreen-

sível a razão de utilizar o presidente da República para esse fim. Qualquer nova idéia lançada pelo presidente poderá ser apenas outro balão de ensaio.

Se, porém, tratava-se de proposta séria, “profissional e bem acabada”, conforme assegurava o ministro Bresser, então a desmoralização é maior ainda. Pode-se supor que, respaldada pelo presidente Sarney e elogiada como extraordinária solução, a proposta brasileira merecesse mais empenho em defendê-la e não fosse abandonada logo que o secretário do Tesouro americano bateu com a mão na mesa — ao que se diz, enquanto alguns de seus assessores tinham expressão carrancuda.

O Brasil perdeu grande parte de sua credibilidade frente aos credores internacionais. É sempre possível, em qualquer tipo de negociação, abstrair-se completamente do que o oponente pensa, sente ou acha a respeito de nossa própria posição. Mas consistência e consequência por detrás das próprias palavras tampouco atrapalham. O recente episódio em nada serviu para amenizar a crise de confiança que o próprio Brasil em parte provocou. Ao contrário.

Resta um problema a respeito do qual, sempre é bom insistir, boa parte dos técnicos e funcionários da área econômica do governo, além de políticos (poucos), com visão internacional, sabe que é o único que conta no momento e tem de ser resolvido depressa. Como fica nossa situação a curto prazo?

Ao aceitar um tipo de negociação *convencional*, com alguns mecanismos adicionais de caráter marginal (como os *exit bonds* para bancos pequenos), o governo brasileiro aparentemente abriu as portas para acabar com o que foi até agora seu principal trunfo: a moratória. E deixa claro que poderia efetuar um pagamento simbólico de juros — coisa que Bresser e Sarney garantiram que não iriam fazer. Qualquer banqueiro, porém, tem o direito de se perguntar o quanto valem essas declarações.

Por fim, alguns em Brasília devem estar batendo palmas para a vitória peronista na Argentina. Ela tornou ainda mais instável um governo, o de Raúl Alfonsín, que já não tem de novo como pagar o serviço da dívida nem perspectivas de receber novos recursos: não cumpriu nenhuma das metas acertadas com o FMI.

Brasil e Argentina juntos em moratória são um desafio formidável que já provoca séria inquietação em Wall Street. Esquecendo o orgulho próprio e mantendo os nervos, os brasileiros ainda têm chances de impor algumas condições.